

## A pecuária como agente de territorialização e as formas de fomento para sustentação da pecuária

**Laíza Castro Brumano Viçoso**

Universidade Federal de Minas Gerais

Programa de pós-graduação em Geografia UFMG/IGC (Doutoranda)

(laizabrumano@hotmail.com)

**Resumo:** A atividade pecuária é de suma importância para o PIB brasileiro. Estima-se que cerca de 30% do PIB advém da pecuária seja pela venda de produtos, seja pela geração de empregos diretos e indiretos. Foi difundida em grande escala principalmente no Brasil-colônia e até hoje é exercida em todo território brasileiro. O presente trabalho trás um esboço geral da pecuária no Brasil e os processos de territorialização que foram favorecidos em virtude do avanço da pecuária pelo interior do país desde os tempos da colonização até a atualidade. Também é discutido os avanços dos agronegócios e como esses interferiram diretamente em processos de desterritorialização da pecuária dando lugar as grandes plantações, expulsando o homem do campo do seu lugar de origem fazendo com que esse tenha que se reinventar buscando alternativas para se adaptar a novos paradigmas. O trabalho ressalta ao caso o estado de Minas Gerais devido esse ser, dentre os estados que desenvolvem a agropecuária, merecer destaque no cenário brasileiro.

**Palavras-chave:** pecuária, território, desterritorialização

**Abstract:** The livestock activity is of paramount importance for the Brazilian GDP. It is estimated that around 30% of GDP comes from livestock, whether through the sale of products or through the generation of direct and indirect jobs. It was spread on a large scale, mainly in Brazil-colony and until today it is carried out throughout the entire Brazilian territory. This work brings a general outline of livestock in Brazil and the territorialization processes that were favored due to the advance of livestock in the interior of the country from the times of colonization to the present day. It is also discussed the advances of agribusiness and how these directly interfered in the deterritorialization of livestock, giving rise to large plantations, expelling rural people from their place of origin, making them have to reinvent themselves, seeking alternatives to adapt to new paradigms. The work highlights the case of the state of Minas Gerais, as this being, among the states that develop agriculture, deserves to be highlighted in the Brazilian scenario.

**Keywords:** livestock, territory, deterritorialization

## PECUÁRIA: O ADENTRAR NO TERRITÓRIO

A atividade pecuária é considerada um dos setores mais importantes do agronegócio brasileiro gerando renda, empregos diretos e indiretos, além da participação significativa no produto interno bruto (PIB) do país. A pecuária já foi considerada a principal atividade econômica e foi amplamente difundida no Brasil-Colônia onde seu propósito não era basicamente a exportação e sim a subsistência. Começou a ser desenvolvida no século XVI, na terceira década após o início do processo de colonização.

Medeiros Neto (1970, p.46) explica que a pecuária esteve ligada a indústria desenvolvendo-se simultaneamente. Isso permitiu a formação da retaguarda econômica das conas de engenho, quer como principal agente motor e meio de transporte, quer como produto básico de alimentação.

Os primeiros bovinos foram inseridos no Brasil no século XVI (1534), enviados por D Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Souza, para a capitania de São Vicente (São Paulo). Já outra quantidade de gado, fora enviada em 1535 por Duarte Coelho para Pernambuco e finalmente em 1549 outra leva foi trazida a região da Bahia pela ação do governador Tomé de Souza na caravela Galga.

O gado era criado solto, sem o manejo adequado ou melhoria das pastagens. Os métodos usuais para a melhoria da pastagem eram as queimadas devido que esse processo ativa a renovação do capim proporcionando uma nova rebrota. O sul de Minas Gerais foi dentre as rotas de entrada do gado no Brasil, uma das mais importantes, mas pode-se também destacar o nordeste e o sul do país como pioneiros na criação de gado.

Devido o crescimento do rebanho brasileiro, em 1701 foi publicada uma carta régia onde ficou proibido a criação de gado no litoral. A carta deixava explícito que a criação de gado só poderia ocorrer além de dez léguas da linha da costa, no intuito de evitar que os gados estragassem as plantações de cana-de-açúcar. Assim, se deu início ao deslocamento da criação de gado para o interior do território brasileiro (MEDEIROS NETO, 1970, p.49).

A atividade mineradora foi também outro fator responsável pelo deslocamento da criação de gado bovino para o interior do país principalmente em áreas pertencentes aos atuais estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Esse deslocamento de populações favoreceu um mercado consumidor de carne, leite e couro.

De fato, o vaqueiro, o peão, enfim o pecuarista, com o tropeiro, substituíram o bandeirante como fator de expansão e unidade nacional, abrindo caminhos,

ligando centros produtores aos consumidores, aproximando o sertão do litoral, transportando mercadorias, levando notícias e correspondências, numa obra gloriosa de fixação do colono ao solo e de progresso rural iniludível (MEDEIROS NETO, 1970, p. 50).

Valverde (1967, p. 248) explica que a pecuária teve início na região do sul de Minas na mesma época da exploração do ouro. Ressalta que em 1765 “desciam a Mantiqueira as primeiras pontas de gado para abastecer a cidade do Rio de Janeiro” e o “abastecimento de São Paulo com bois provenientes dessa região deu ensejo ao povoamento da faixa Franca a Moji-Mirim”. Percebe-se então que a importância da pecuária para a ocupação desses territórios não somente como posse, mas também enraizamento da cultura pecuarista.

Hoogestijn & Hoogestijn (2010, p. 38), relata que o gado foi fundamental para o crescimento do país. Durante o Brasil Colônia, o gado serviu de fonte de alimento, e também, de força de tração nos moinhos de açúcar e transporte de minérios em Minas Gerais, tendo sido também fundamental aos Bandeirantes para configurar o território brasileiro da atualidade.

A atividade pecuária, ainda hoje, continua sendo praticada no sistema tradicional de criação, ou seja, o gado é criado solto em pastagens naturais ou plantadas no sistema extensivo, ainda que o processo de intensificação da modernização da pecuária brasileira tenha ocorrido a partir dos anos de 1960.

Cabe salientar que algumas regiões destacaram-se na expansão da criação de bovinos no Brasil, dentre elas: o Rio Grande do Sul, o Triângulo Mineiro e a ilha de Marajó. Adas (1983) ressalta:

“No Rio Grande do Sul, foram introduzidas raças europeias com a finalidade de melhorar as espécies bovinas, como: Hereford, Devon, Polled Angus, Holandês, Charolês, Santa Gertrudes e Shorthorn. No Triângulo Mineiro foi introduzido o gado indiano (zebu), que se adaptou muito bem às condições regionais e aí conseguiu-se uma raça brasileira, a Indu-Brasil. Nessa área destacam-se como raças mais criadas: Gir, Nelore, Gurezã e Indo Brasil. Na ilha de Marajó foi introduzido o gado bufalino, vindo da Índia, que se adaptou muito bem às condições regionais, apresentando resistência às doenças, além de grande rendimento (ADAS, 1983, p. 241).”

É possível observar que no século passado, a pecuária bovina teve grande expansão. Isso se deve não a melhoria no padrão tecnológico mas sim, a ampliação das áreas destinadas as pastagens. Dados do IBGE, apontam que em mais de 90% dos estabelecimentos predominou a

criação extensiva, nos quais o gado é criado solto nas pastagens plantadas, com pouco acompanhamento técnico-veterinário e reduzida incorporação de mão de obra.

Isso ressalta que como um tipo de cultura tradicional, a pecuária ainda resiste quanto a adoção de técnicas mais aprimoradas que possam favorecer as áreas destinadas as pastagens por meio de reparação do solo, sistemas de rotação ou plantio adequado plantas que tenham melhor vigor vegetativo. Ainda é visto pelo homem do campo a forma “mais fácil” de abertura de novas áreas ao invés de estabelecer o reparo e/ou manutenção das áreas que estão em uso.

## OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO

Ao se trabalhar a pecuária como atividade econômica desenvolvida no Brasil desde os tempos da colonização, percebe-se que com base nessa atividade foi-se apropriando de regiões até então desconectas ou desconhecidas do território. As missões para o adentrar o território brasileiro como os jesuítas, os bandeirantes e o tropeirismo, foram primordiais para a abertura de novas áreas e trazer o sentimento de ocupação e apropriação.

Quanto as ações que contribuíram para a expansão da pecuária pelo território brasileiro, cabe destacar a ação dos tropeiros onde:

“Essa importante missão desempenhada pelos pecuaristas, e pelos vaqueiros, esses humildes construtores de nossa unidade nacional, tem sido, com justificável razão, enaltecida por muitos intelectuais nossos como Afonso Arinos, quando salienta o valor do tropeiro de cujas as dores é as vezes a única testemunha o seu lote silencioso, a grimpar morros e descer vales, em caminhos por onde nunca passou a engenharia oficial, ou quando engrandece o boiadeiro que, deixando a mulher e filhos na sua casinha barreada, junto a touça de bananeiras e perto do córrego, se afunda nos sertões Mato Grosso ou Goiás, para vir aboiando e gemendo pela chapada, aos latidos da ventania e aos açoites do aguaceiro, tanger o gado até as invernadas próximas ao litoral” (MEDEIROS NETO, 1970, p.49).

Quando se trata do conceito de território, Haesbaert (2004, p. 1) explica que desde a sua origem ele nasce com dupla conotação sendo essas material e simbólica. O autor aborda essa dupla conotação ao dizer que epistologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror-aterorizar) associando ao terror ou medo “especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no “*territorium*” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”.

De fato, ao trazer o conceito de território atrelado ao conceito de aterrorizar deve-se considerar que nos primórdios das ocupações do território brasileiro a imposição de ocupação por parte da coroa portuguesa fez com que populações tradicionais desocupassem suas terras sejam elas por pressão ou por uso da violência. O colonizador ao impor ao indígena sua ordem fez com que esse não tivesse escolha a não ser abandonar suas terras. Ao caso, a ocupação do território brasileiro por parte da pecuária, se fez principalmente a partir da imposição da proibição da criação de gado no litoral imposto pela carta régia de 1701. Fato que essa situação favoreceu a ocupação do interior do território.

Ao se tratar de Minas Gerais, percebe-se que ao caso da exploração do ouro já havia criado relações de ocupação territorial. Como explicitado, o sul de Minas Gerais teve seu primeiro contato com as áreas destinadas a pecuária mas cabe destacar que a partir de um cenário mais atual compreendendo o século XX, áreas como o Triângulo Mineiro ganham real destaque na comercialização e criação do gado bovino de corte e leiteiro.

O território estabelece uma condição de poder sendo no sentido mais concreto de dominação quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. Segundo o autor:

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (Lefebvre, 1986:411-412, grifo do autor, apud Haesbaert, 2004, p. 2)

## **O AVANÇO DA PECUÁRIA E OS PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO**

A pecuária contribui com o PIB brasileiro em cerca de 30% segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo assim de suma importância para a economia. Percebe-se que desde os tempos da colonização a atividade pecuarista não deixou de ser uma das prioridades de renda no Brasil. Ao se deparar com a atualidade, destacam-se as chamadas expansão da fronteira agrícola onde cada vez mais novas áreas são abertas no intuito de aumentar as áreas destinadas a produção pecuarista.

A atividade pecuária continua sendo praticada, em maior proporção por meio do sistema tradicional de criação, ou seja, o gado é criado solto em pastagens naturais ou plantadas no sistema extensivo, a despeito da intensificação do processo de modernização agropecuária no país, a partir da década de 1960.

Nas últimas décadas, porém, foram introduzidas novas técnicas produtivas na pecuária bovina. Teixeira e Hespanhol (2014, p. 36) explica que tais avanços ainda são limitados, pois muitos pecuaristas do Centro-Sul do país, o que inclui o estado de Minas Gerais, que têm concedido as suas terras em arrendamento para o cultivo de produtos que proporcionam maior rentabilidade por área cultivada, a exemplo dos grãos, notadamente soja e milho, da cana-de-açúcar e da silvicultura, principalmente eucalipto para a produção de celulose.

Os processos de substituição das áreas destinadas a pecuária por outros usos como os da agricultura moderna, evidenciam um processo de perda por parte do pecuarista para o agronegócio. Acontece que o agronegócio tem tomados proporções gigantescas em diversas partes de Minas Gerais e no Brasil. Com tudo, o pecuarista principalmente aquele detentor de minifúndios, se vê pressionado por empreendimentos no entorno de sua propriedade não havendo condições de dar continuidade. Assim, o pecuarista é condicionado e pressionado pelo sistema do agronegócio em seu entorno e com isso, acaba tendo de ceder sua propriedade para ser arrendada.

O Triângulo Mineiro é um caso onde esse processo de substituição de culturas ocorreu. Mais especificamente na microrregião de Ituiutaba onde a pastagem ocupava em 2006 segundo dados do IBGE cerca de 539.159 hectares. Em comparação aos dados do IESA (Instituto de Estudos Socio Ambientais), no ano de 2016, essa área reduziu para 504.509 hectares.

Em estudos realizados VICOSO (2018, p.1) constatou que houve substituição dessas áreas destinadas a pastagens, por outros usos com destaque para a cana-de-açúcar. Os pecuaristas dessa região, se viram forçados a ceder suas propriedades como forma de arrendamento aos grandes produtores de cana-de-açúcar e também, detentores das usinas de produção de etanol já que suas propriedades foram cercadas por esses grandes empreendimentos. Contudo, o pecuarista seja ele o grande produtor ou pequeno produtor, se viu em uma situação onde cada vez mais perdia o espaço de produção seja pela falta de mercado, já que outros pecuaristas haviam já arrendado suas propriedades para o cultivo da cana-de-açúcar e com isso a logística da venda do gado ou do leite começava a se tornar mais encarecida ou pela quantidade de pesticidas lançados nas lavouras de

cana-de-açúcar por meio de aviões o que favorecia, através do vento, a contaminação das pastagens que fazem fronteira com as plantações de cana-de-açúcar.

O que percebe-se na microrregião de Ituiutaba/MG, é o processo de desterritorialização. Isso devido que o homem do campo, que vivia da terra não somente para subsistência mas também para seu ganho financeiro, migra para a cidade em busca de novas oportunidades. O que se vê é que esse, muitas das vezes, além de perder o seu espaço de vivência para o agronegócio, por não saber exercer outra atividade se não aquelas que haja a necessidade do contato com a terra, também sem vê obrigado a vender sua mão de obra para o agronegócio. Sendo assim, esse homem desterritorializado ao migrar do campo para a cidade, tenta resgatar suas tradições oferecendo seu trabalho para as macro empresas do ramo da agricultura.

Nem sempre, esse homem consegue trabalho nas grandes empresas do agronegócio devido a falta de capacitação que o impede de exercer alguma função. Assim, se vê na busca de alguma função na cidade, seja em atividades comuns como marceneiro, carpinteiro, serralheiro já que essas muitas das vezes, já são funções que ele desenvolvia nas fazendas e traz consigo a vivência que facilita a empregabilidade. Quando não encontra trabalho nessas funções, acaba tendo de ceder a outras funções que não exija qualificação e com isso ele se vê em situação onde muitas das vezes se perde na depressão por não conseguir sustentar mais sua família com salários baixos, já que a terra antes lhe dava sustento, ou até mesmo, esse homem do campo cai na frustração de não se reconhecer mais na cidade.

Ao caso das pequenas cidades que cresceram nas regiões que agregam o agronegócio, é comum ver nas pequenas áreas urbanas os traços trazidos do homem que saiu do campo. Dentre os hábitos anteriormente realizados nas propriedades em que viviam, é habitual deparar com uma casa ou outra nas áreas urbanas com lotes pequenos ao lado. Nesses lotes é costumeiro encontrar pequenas plantações de milho, feijão, hortas de verduras, pomares de frutas, mandioca, dentre outros que expressam a identidade do proprietário que mesmo tendo saído da sua terra, continua tendo os hábitos de cultivar.

Há nesse contexto uma desterritorialização forçada por parte do agronegócio. Laschefski e Zhouri (2010, p. 268) expõe que “o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo”. Assim é constatado que a perda dessas áreas da pecuária para o agronegócio, enraíza o processo de desterritorialização. Sendo assim:

“O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes, não permite a retomada dos modos de vida nos locais de origem, sem contar com a ruptura dos laços identitários centrado nos lugares.” (LASCHEFSKI E ZHOURI, 2010, p.268)

De acordo com Calaça e Borges (2007, p.4) a todo momento o indivíduo se encontra em um processo de desterritorialização, isto em função da sua própria evolução, estabelecendo assim novas territorialidades, subjetivamente delimitando novas fronteiras, se reterritorializando.

O homem tem grande importância para o desenvolvimento do setor agropastoril. Ter terra, condições climáticas favoráveis, estrutura natural favorável, dentre outros, não são suficientes para que o empreendimento rural prospere, é necessário o cuidado do homem. E, esse cuidado, não depende somente da sua boa vontade, é preciso ter capacidade. Medeiros Neto (1970, p.124) ressalta que “o êxito da fazenda, mas do que qualquer outro fator, depende da orientação e atenção que lhe dispensar o criador”. Com isso, mais do que somente saber cuidar da terra, é necessário possuir conhecimentos para gerenciar o seu negócio em todas as fases.

## **OS AVANÇOS DA PECUÁRIA E A PARCERIA COM A SUSTENTABILIDADE**

Pode-se constatar que a partir da década de 1960, a pecuária ganhou maiores incentivos quanto a sua modernização e efetivação. Ao caso de Minas Gerais, onde parte do território é constituído pelo domínio morfoclimático dos cerrados, vale ressaltar programas como o PRODECER, Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento do Cerrado e o POLOCENTRO, Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. Esses programas foram criados como forma de manter a atividade pecuária em evidência e favorecer o uso e incentivo no ramo.

O PRODECER incorporou novos sistemas produtivos e a modernização agrícola sob a ótica de um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia de novos padrões produtivos (Inocêncio e Calaça, 2009, p.4). O PRODECER tinha como principal função tornar a região do cerrado produtora de grãos, principalmente a soja, já que essa era uma das principais demandas de consumo do Japão, país que detinha as novas áreas de plantio para o seu consumo.

O POLOCENTRO, por sua vez, contribuiu com o desenvolvimento e com a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrados e seu aproveitamento

em escala empresarial (Inocêncio e Calaça, 2009, p.5). Entretanto, o PRODECER obteve maior destaque, segundo Inocêncio e Calaça (2009), pelo fato de que:

Este programa foi criado em 1979, dentro do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), visando fortalecer a ocupação do cerrado com bases técnicas e gerenciais modernas, através do acordo firmado entre o Brasil e o Japão para a produção de soja no cerrado.[...] O PRODECER incorporou através de projetos de colonização, algumas áreas de cerrado, denominadas “Projeto Piloto”. Os produtores para participarem do projeto tinham que estar vinculados a cooperativas agrícolas ou associações de produtores rurais. A seleção dos beneficiários foi realizada pela CAMPO, (Companhia de Promoção Agrícola), entidade privada para o planejamento, assistência e coordenação do Programa, formada por capital subscrito por organismos públicos e empresas privadas do Brasil e do Japão e, Organismos Cooperativos. Este programa direcionou-se para a produção de grãos - soja, milho e sorgo, tendo sido efetivado em três etapas. (INOCÊNCIO E CALAÇA, 2009, p. 5).

Projetos como os supracitados enaltecem as condições dos pecuaristas e faz com que esses permaneçam nas áreas rurais. É importante destacar que projetos políticos de incentivos fiscais favorecem a permanência do homem no campo e com isso abastecem o setor pecuário.

Atualmente podemos também ressaltar programas que não somente visam a permanência do homem no campo como também garantam a sustentabilidade. Dentre esses pode-se citar o programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), Arco Verde, Grupo de Trabalho em Pecuária Sustentável (GTPS), Plano Safra da Agricultura Familiar (MDA), Boas Práticas Agropecuárias (Embrapa) e o Fundo Vale. Apesar disso, para que se obtenha sucesso na inserção desses programas, é necessário que haja maior engajamento por parte dos órgãos públicos.

O mercado consumidor na atualidade preocupa-se com a qualidade e a sustentabilidade do produto adquirido além de ser um pré-requisito para aqueles que desejam exportar a produção sobretudo para países desenvolvidos (Alves, et.al, 2012, p.2). Neste contexto o produtor rural deve compreender a importância de produzir de acordo com as exigências nacionais e internacionais.

O quadro 01, representa alguns desses programas que visam a integração da pecuária e o processo de sustentabilidade garantindo que as áreas destinadas ao uso da criação principalmente bovina, cause menores impactos ao meio ambiente.

**Quadro 01:** Programas de fomento ao pecuarista que visam a sustentabilidade no manejo do pasto.

<b>Programa</b>	<b>O que é?</b>	<b>Objetivo</b>
<b>Plano Agrícola e Pecuário (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA)</b>	É uma política adotada pelo Governo Federal que busca assegurar o apoio necessário ao produtor rural, de forma a garantir a superação dos desafios	Desenvolvimento sustentável da economia, da sociedade e do ambiente pela expansão na produção de grãos, fibras e oleaginosas; incentivo às práticas

	impostos pelo mercado interno e externo. Suas principais ações são focadas na representatividade do Brasil no mercado mundial de alimentos, aumentando ganhos de eficiência e sustentabilidade na produção agropecuária.	que mitigam os gases causadores do efeito estufa e a recuperação de pastagens para aumentar a produtividade e a oferta de carne e leite; e apoio ao médio produtor rural.
<b>Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC)</b>	A iniciativa pretende aliar produção de alimentos e bionergia com redução dos gases de efeito estufa. O Programa ABC incentiva processos tecnológicos que neutralizam ou minimizam os efeitos dos gases de efeito estufa no campo, a serem adotados pelos agricultores nos próximos anos.	Visa incentivar o produtor a adotar boas práticas agronômicas capazes de reduzir as emissões de gases de efeito estufa oriundas das atividades agropecuárias e contribuir para a redução do desmatamento transformando terras desgastadas em áreas produtivas para a produção de alimentos, fibras, carne e florestas.
<b>Programa ILPF (integração lavoura-pecuária-floresta)</b>	contempla estratégias de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotação, para buscar efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema, contemplando a adequação ambiental, a valorização do homem e a viabilidade econômica.	O propósito é a sistematização de processos de tecnologias já existentes para serem transferidas aos produtores rurais.
<b>Fundo Vale (VALE S.A.)</b>	O Fundo é uma organização sem fins lucrativos que investe em projetos estruturantes e transformadores. Seu foco inicial de atuação foi o bioma amazônico, no Brasil, onde já está presente em quatro estados: Pará, Amazonas, Mato Grosso e Acre.	O objetivo é apoiar projetos que promovam o desenvolvimento sustentável, conciliando a preservação e a conservação do meio ambiente com a melhoria das condições socioeconômicas de países em desenvolvimento.
<b>Programa de estímulo à produção agropecuária sustentável – PRODUSA (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES)</b>	Visa disseminar o conceito de agronegócio responsável e sustentável, agregando características de eficiência, de boas práticas de produção, responsabilidade social e de preservação ambiental, concedendo aumento de até 15% em crédito de investimento para o produtor que tem em sua propriedade área de reserva legal ou ainda que esteja em processo de implantação de Programa de	Estimular a recuperação de áreas degradadas, como pastagens, para o aumento da produtividade agropecuária, em bases sustentáveis; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar ações de regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental (reserva legal, áreas de preservação permanente, tratamento de dejetos e resíduos, entre outros);</li> <li>• Diminuir a pressão por desmatamento em novas áreas, visando à ampliação</li> </ul>

	Integração de Lavoura, Pecuária e Floresta – ILPF.	da atividade agropecuária em áreas degradadas e que estejam sob processo de recuperação; <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar condições para o uso racional e sustentável das áreas agrícolas e de pastagens, reduzindo problemas ambientais; e</li> <li>• Intensificar o apoio à implementação de sistemas produtivos sustentáveis, como o sistema orgânico de produção agropecuária.</li> </ul>
<b>Operação Arco Verde (Governo Federal)</b>	A operação possui três eixos principais de atuação: produção sustentável, cidadania e regularização fundiária e ambiental.	Gerar modelos produtivos sustentáveis nos municípios considerados prioritários para o controle e prevenção do desmatamento na Amazônia Legal. O programa tem suas ações voltadas para processos produtivos que implicam no uso de recursos naturais, entre eles a qualidade ambiental, regularização fundiária, assistência técnica e extensão rural, financiamento, desenvolvimento social, pecuária, manejo florestal, entre outros.
<b>Programa Boas Práticas Agropecuárias – BPA (EMBRAPA)</b>	O BPA detalha os procedimentos de boas práticas que orientam o produtor rural a utilização adequada das tecnologias sustentáveis disponíveis, englobando ferramentas de manejo e de gestão que possuem grande importância para obtenção de um alimento seguro, além de consolidar o Brasil como um dos maiores produtores mundiais de carne bovina oriunda de sistemas de produção sustentável.	O BPA detalha os procedimentos de boas práticas que orientam o produtor rural à utilização adequada das tecnologias sustentáveis disponíveis. As informações são divididas em 12 áreas específicas: gestão da propriedade, função social do imóvel rural, gestão dos recursos humanos, gestão ambiental, instalações rurais, manejo pré-abate, bem-estar animal, manejo de pastagens, suplementação animal, identificação do animal, controle sanitário e manejo reprodutivo.
<b>Plano Safra da Agricultura Familiar (Ministério do Desenvolvimento Agrário)</b>	aperfeiçoa as políticas públicas implantadas nos últimos anos para esse segmento produtivo, buscando aumentar a capacidade e qualidade de investimentos, promovendo a inclusão produtiva daqueles produtores em situação de pobreza extrema	estimula os agricultores familiares a aderirem à agricultura agroecológica e a investirem na produção de alimentos mais saudáveis. As ações de assistência técnica e extensão rural, por meio da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão

		Rural), busca equilibrar a sustentabilidade ambiental, econômica e social através do apoio à organização da produção e dos empreendimentos e de parcerias com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias de gestão e produção.
<b>Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS)</b>	O Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável foi criado no final de 2007 e formalmente constituído em junho de 2009. É formado por representantes de diferentes segmentos que integram a cadeia de valor da pecuária bovina no Brasil. Participam representantes das indústrias e de organizações do setor, associações de pecuaristas, varejistas, bancos, organizações da sociedade civil, centros de pesquisa e universidades	debater e formular, de maneira transparente, princípios, padrões e práticas comuns a serem adotados pelo setor, que contribuam para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta, e economicamente viável. Neste contexto, o envolvimento de todos os segmentos que compõem a cadeia de valor, e também da sociedade civil, é fundamental para se atingir este objetivo

**Fonte:** ALVES et.al (2012)

**Org:** VIÇOSO, L. C. B. (2021)

Percebe-se que a quantidade de recursos voltados para incentivos nas áreas de pastagem como forma de incentivar o setor e manter a sustentabilidade, são diversos. Ao passo que ainda muitos pecuaristas não conseguem ter acesso a esses programas por muitas das vezes não haver ampla divulgação dos programas diretamente para os pecuaristas.

Viçoso (2014, p.1) em entrevista realizada com o presidente do sindicato rural do município de Ituiutaba/MG, constatou que a falta de acesso a informações por parte dos produtores rurais e até mesmo do próprio sindicato, dificulta a adesão de programas de fomento. O presidente do sindicato no período em que foi entrevista, alegou que a falta de material que possa instruir os pecuaristas como panfletos ou até mesmo palestras onde esses projetos possam ser apresentados, dificultam a adesão. Foi reforçado que, comumente, entre os produtores rurais o que prevalece é o contato direto ou indireto um com o outro. A exemplo, quando um pecuarista adere à algum programa de fomento, esse informa a outro pecuarista os procedimentos que foram necessários para adquirir o fomento e, assim, é comum perceber uma grande região abranger somente uma linha de crédito.

## CONSIDERAÇÕES

A pecuária sempre desenvolveu uma importante parcela do PIB brasileiro sendo que foi e ainda é a forma de ganho financeiro por diversas partes no país. Mais do que somente ganhos financeiros, ela foi também responsável pelas primeiras expedições rumo ao interior do país no intuito de desbravar, até então, terras desconhecidas.

Se no primeiro momento a pecuária serviu como forma de territorializar, na atualidade, em partes do território, ela vem perdendo espaço para o agronegócio. As macro empresas do ramo da agricultura tem ocupado territórios até então pertencentes as culturas da pecuária dando lugar à grandes plantações principalmente no intuito de abastecer o mercado das indústrias.

O homem do campo tem perdido seu território para dar lugar aos grandes empreendimentos, com isso o que se vê cada vez mais são processos de desterritorialização que vem desencadeando outros problemas como a falta de pertencimento desse homem que sede o seu lugar no campo e migra para as cidades.

Apesar dos investimentos das políticas publicas com incentivos fiscais que visam dar créditos aos pecuaristas afim de abastecer o mercado pecuarista (seja para gado de corte ou de leite), percebe-se que cada vez mais, na região centro-sul do país, vem perdendo lugar para o agronegócio.

Pode-se também constatar, outras fronteiras tem sido desbravadas para a abertura de novas áreas na pecuária como o caso da região norte do país principalmente nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso. Porém, outros tipos de discussões devem ser consideradas quando se tem a abertura dessas áreas principalmente no quesito ambiental, discussão essa a ser debatida em outro momento.

Por fim, deve-se considerar o importante papel da pecuária no desenvolvimento do território, econômico e tecnológico pois é a partir do campo e do setor primário da economia que se tem o desenvolvimento para outros ramos econômicos.

## REFERÊNCIAS

ADAS, Melhem. Panorama Geográfico do Brasil. São Paulo: Moderna, 1983.

ALVES, C.O.; OAIGEN, R. P.; DOMINGUES, F. N.; MIRANDA, A. S.; MAIA, J. T. S.; FERREIRA, G. V. Tecnologias e programas de fomento em prol da sustentabilidade na bovinocultura: revisão de literatura. **Revista Veterinária em Foco**, Canoas, nº 2, vol. 9, p 1-18, jan-jul 2012. Disponível em: <[http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/veterinaria/article/view/1188#:~:text=Entre%20os%20principais%20programas%20de,Fundo%20Vale%20\(Vale%20S.A.\).>](http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/veterinaria/article/view/1188#:~:text=Entre%20os%20principais%20programas%20de,Fundo%20Vale%20(Vale%20S.A.).>). Acesso em: 29 de março de 2021.

BORGES, J. C. P.; CALAÇA, M. Desterritorialização: a ótica cultural do processo de modernização da agricultura em Goiás. In: **X EREGEO Simpósio Regional De Geografia – Abordagens Geográficas do Cerrado: paisagens e diversidade**. Catalão/GO, 06 a 09 de setembro de 2007. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/julio\\_cesar\\_pereira\\_borges.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/215/o/julio_cesar_pereira_borges.pdf). Acesso em: 14 de março de 2021

GTPS – Grupo de Trabalho em Pecuária Sustentável. 2021. Disponível em: <<https://gtps.org.br/>> Acesso em: 29 de março de 2021..

HAESBAERT, R. Dos Múltiplos territórios e Multiterritorialidade. Programa de Estudo Tutorado de Geografia. Porto Alegre, 2004. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 14 de agosto de 2021.

HOOGESTEIJN, A.; HOOGESTEIJN, R. CATTLE RANCHING AND BIODIVERSITY CONSERVATION AS ALLIES IN SOUTH AMERICA'S FLOODED SAVANNAS. **Great Plains Research**, Vol. 20 No. 1, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/188087754.pdf>. Acesso em: 15 de março de 2021.

INOCÊNCIO, M. E.; CALAÇA, M. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In: **XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**. Anais... São Paulo, 2009. Disponível em: < <https://pastagem.org/index.php/pt-br/tools/documents/send/6-anais-de-congresso/205-cerrado-fronteira-da-producao-agricola-capitalista-do-seculo-xx>>. Acesso em: 20 de março de 2021

LASCHEFSKI, K.; ZHOURI, A. Conflitos Ambientais norte-sul: Agro combustíveis para quem? In: ALMEIDA, A. W. B. [et.al]. **Capitalismo Globalizado e Recursos territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Lamparina, 2010. P. 257-309.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A Territorialização do Agronegócio nas Áreas de Cerrado. In: PORTUGUÊZ, Anderson Pereira; MOURA, Gerusa Golçalves; COSTA, Rildo Aparecido (Orgs.). **Geografia do Brasil Central: enfoques teóricos e particularidades regionais**. Uberlândia: Assis Editora. 2011.

MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). **Programa de Agricultura de Baixo Carbono**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/abc/>>. Acesso em: 01 de agosto de 2013.

MEDEIROS NETO, José Bernardo de. **Desafio à Pecuária Brasileira**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1970.

TEIXEIRA, J. C.; HESPANHOL, A. N. A Trajetória Da Pecuária Bovina Brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n.36, v.1, p.26-38, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2672>. Acesso em: 05 de março de 2021.

VALVERDE, Orlando. Geografia da Pecuária no Brasil. **Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v.2, n. 4, p. 244-261, ano: 1967.

VIÇOSO, L. C. B. O programa Agricultura de Baixo Carbono no Município de Ituiutaba – entrevista a agência bancária do Banco do Brasil. In: **Seminário Regional Integrado de Pesquisa das Instituições de Ensino Superior e Técnico do Pontal do Triângulo Mineiro – SERIPI**. 01 a 03 de dezembro de 2014. Org: Júnia de Oliveira Costa, Ituiutaba: Faculdade Triângulo Mineiro, 2014. 202f.

VIÇOSO, L. C. B. **Modelo Linear De Mistura Espectral Para Mapeamento Dos Estágios De Degradação Das Pastagens**. 2018. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2018. Disponível em: < <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21314>>. Acesso em 20 de março de 2021.